

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO MODERNO DE DEMOCRACIA: VERSÃO INICIAL DE UM PROJETO DE PESQUISA.

Geraldo Magella Neres¹

Osmir Dombrowski²

Vania Sandeleia Vaz da Silva³

Resumo: A necessidade de pesquisar como o moderno conceito de democracia foi construído e de que modo a versão liberal – representativa, formal, eleitoral e limitada – tornou-se hegemônica gerou um projeto de pesquisa coletivo que será desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Democracia e Desenvolvimento, vinculado ao curso de Ciências Sociais da Unioeste, campus de Toledo, nos próximos anos. Segue a reflexão inicial que fundamentou o projeto: após apresentar o tema, explicitamos nosso referencial teórico e qual a justificativa para realizar a pesquisa. Nosso problema de pesquisa desdobra-se em alguns questionamentos teóricos: qual a diferença entre a concepção clássica e a moderna de democracia? Quais as distinções essenciais entre a democracia ateniense clássica e a democracia moderna que surge nos Estados Unidos e na Europa com a fundação do capitalismo liberal? Por que, a partir do início de constituição da modernidade ocidental, as forças históricas empenhadas na construção dos princípios constitucionais modernos deslocaram o sentido original de democracia de “governo pelo demo” para “governo pelos proprietários”? Que importância o desenvolvimento do movimento operário europeu teve sobre a ampliação do conceito moderno de democracia para além de seu sentido liberal? Qual seria o conceito operacional de democracia socialista? Qual sua vinculação com o conceito clássico de democracia (democracia ateniense)? O objetivo geral é investigar como o conceito moderno de democracia se constituiu a partir do início da modernidade ocidental e identificar os elementos que o distinguem do ateniense, clássico. Além disso, pretendemos investigar o processo histórico que levou à cristalização do conteúdo do conceito moderno de democracia; identificar e caracterizar o conteúdo concreto do conceito de “democracia liberal”; investigar o papel das classes subalternas, principalmente do movimento operário europeu, na democratização do liberalismo e na ampliação do conceito moderno de democracia; identificar e caracterizar o conteúdo concreto do conceito de “democracia socialista”; identificar as distinções entre os conceitos de “democracia liberal” e de “democracia socialista”; e, por fim, produzir um conceito operacional de democracia socialista, capaz de definir as propriedades e características essenciais das diversas formas históricas. Para tanto, adotamos como procedimento de pesquisa a metodologia da história social da teoria política ou contextualismo social, que permite uma releitura dos clássicos da política que escreveram sobre a democracia, etapa

¹ Graduado em Ciências Sociais pela UNESP (1999), Mestre em Ciências Sociais (UNESP/ 2002) e Doutor em Ciência Política (UNESP/ 2012). Atualmente é professor do Curso de Ciências Sociais da Unioeste/Campus de Toledo. E-mail: geraldomagellaneres@yahoo.com.br.

² Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor do Curso de Ciências Sociais da Unioeste/Campus de Toledo. E-mail: osmirdom@yahoo.com.br.

³ Graduada em Ciências Sociais pela UFPR, com mestrado e doutorado em Ciência Política pela USP. Atualmente é professora do Curso de Ciências Sociais da Unioeste/Campus de Toledo. E-mail: vaniasanteleiavazdasilva@yahoo.com.

importante para a posterior formulação de um conceito operacional de democracia socialista que combine liberdade com igualdade substantiva. Trata-se de um exercício intelectual e prático que pretende não apenas produzir um conceito de democracia socialista como também pensar como a participação do povo na política poderia ser efetivada sem deixar que o alcance da cidadania seja esvaziado.

Palavras-chave: Teoria democrática; conceito de democracia; democracia liberal; democracia socialista.

CONSTRUCTION OF MODERN DEMOCRACY CONCEPT: INITIAL VERSION OF A RESEARCH PROJECT

Abstract: The need to research how the modern concept of democracy was built and how the liberal version - representative, formal, electoral and limited - became hegemonic generated a collective research project which will be developed by the Research Group Democracy and Development, bound the course of Social Sciences Unioeste campus of Toledo, in the coming years. Following the initial reflection that justified the project: after presenting the theme, we underline our theoretical framework and what the justification for a search. Our research problem unfolds in some theoretical questions: what is the difference between the classical and the modern conception of democracy? What are the essential differences between the classical Athenian democracy and modern democracy that arises in the United States and Europe with the establishment of liberal capitalism? Why, from the beginning of establishment of Western modernity, the historical forces involved in the construction of modern constitutional principles shifted the original meaning of democracy "government by the demo" to "government by the owners"? How important the development of the European labor movement had on the expansion of the modern concept of democracy beyond its liberal sense? What would be the operational concept of socialist democracy? What is your connection with the classical concept of democracy (Athenian democracy)? The overall objective is to investigate how the modern concept of democracy was formed from the beginning of Western modernity and identify the elements that distinguish the Athenian classic. In addition, we intend to investigate the historical process that led to the crystallization of the contents of the modern concept of democracy; identify and characterize the specific content of the concept of "liberal democracy"; investigate the role of the lower classes, especially the European labor movement, the democratization of liberalism and the expansion of the modern concept of democracy; identify and characterize the specific content of the concept of "socialist democracy"; identify the distinctions between the concepts of "liberal democracy" and "socialist democracy"; and, finally, to produce an operational concept of Socialist democratic, able to define the essential properties and characteristics of the various historical forms. To this end, we have adopted as a research procedure the methodology of the social history of political theory or social contextualism, which allows a reinterpretation of the classics of politics who wrote about democracy, an important step for the further development of an operational concept of socialist democracy that combines freedom with substantive equality. It is an intellectual and practical exercise that not only seeks to produce a concept of socialist democracy as well as think as people's participation in politics could be made without leaving the scope of citizenship is emptied.

Keywords: democratic theory; democracy concept; liberal democracy; socialist democracy

INTRODUÇÃO

A reflexão que segue é fruto de um esforço coletivo para fundamentar a necessidade de pesquisar como o moderno conceito de democracia foi construído e de que modo a versão liberal – representativa, formal, eleitoral e limitada – tornou-se hegemônica. Assim, iniciamos com uma introdução ao “tema”; seguida da apresentação de um “referencial teórico” adequado a esse tipo de pesquisa e de uma breve “justificativa”; depois, definimos com clareza qual é o nosso “problema de pesquisa” e os “objetivos” que pretendemos alcançar; elencamos, na sequência, três “hipóteses” que guiarão nossas investigações; e explicitamos quais serão os “procedimentos de pesquisa” empregados durante o desenvolvimento do estudo. Cabe destacar que se trata de um “projeto de pesquisa” que está em sua fase inicial, portanto é provável que durante sua execução seja modificado pelas “descobertas” que faremos. Ainda assim, decidimos divulgar sua configuração atual porque poderá contribuir para gerar debates sobre o tema e mesmo fomentar a adesão de novos pesquisadores e pesquisadoras ao GPDD – Grupo de Pesquisa Democracia e Desenvolvimento, ligado ao curso de Ciências Sociais – graduação e mestrado, da Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE – campus de Toledo.

TEMA

A investigação das origens históricas da clivagem entre a concepção de democracia da antiguidade clássica – modelo ateniense – e a concepção moderna de democracia representativa proposta pelos movimentos liberais a partir do século XVIII – modelo liberal – possibilita compreender como foi construído o conceito moderno de democracia: tanto do ponto de vista teórico como também histórico, por meio das lutas políticas. Deste modo, é possível estabelecer uma análise comparada entre os dois modelos, identificando quais as determinações concretas que possibilitaram a emergência e a consolidação do modelo liberal de democracia durante a constituição da modernidade capitalista ocidental.

Afirmar que o conceito contemporâneo dominante de democracia resultou de uma construção permite marcar uma clara diferença entre nossa abordagem e as perspectivas que afirmam a democracia como valor universal (COUTINHO, 1980; 1992): a democracia, na sua versão atual, é apenas uma opção entre outras, ainda que seja valorizada, hoje, como a melhor dentre as formas de governo – ou regime político conhecidos e experimentados historicamente (MORAES, 1999). Além das perspectivas que defendem a democracia como a melhor forma de governo (FUKUYAMA, 1989) – e dos seus opositores principais – há aqueles que afirmam que tanto faz, pois o exercício do biopoder – poder sobre a vida das pessoas – independe da participação dos governados na política (AGAMBEN, 2007, 2004; FOUCAULT 1979, 1988, 2005, 2008, 2010).

Ao investigar como o conceito moderno de democracia se constituiu – a partir do início da modernidade ocidental; e, ao identificar os elementos que o distinguem do conceito ateniense clássico de democracia; torna-se possível perceber quais são as razões pelas quais a forma de governo é importante ou foi considerada relevante pelo movimento liberal e, depois, pelo movimento operário. Para tanto, é necessário analisar o processo histórico que levou à cristalização do significado do conceito moderno de democracia liberal (WOOD, 2003) – identificando seu conteúdo concreto – e destacar o papel

fundamental que as classes subalternas – sobretudo o movimento operário europeu (ROSENBERG, 1986) – desempenharam na democratização do liberalismo.

Considerando a extensa e diversa literatura especializada a respeito da democracia, cabe ressaltar que não pretendemos apenas rever exaustivamente o que já se pensou a respeito do tema – por meio de uma história social da teoria política: quer dizer, investigando as condições concretas de produção do discurso, no caso, da teoria dominante de democracia, ou sua corrente principal, o que significa mais do que inserir cada teoria e autor no seu contexto histórico, político, cultural e ideológico. Nossa proposta, vencida essa primeira etapa, é produzir um conceito operacional de democracia (não apenas formal, mas substantiva), capaz de definir as propriedades e características essenciais das diversas formas históricas que a democracia assumiu.

A produção de conceitos operacionais de democracia vem sendo realizada – com relativo êxito – por aqueles que defendem a democracia liberal – representativa, eleitoral, formal e limitada – como única possibilidade real de participação política dos governados (SARTORI, 1994; BOBBIO, 2000; DAHL, 1997; SCHUMPETER, 1994). Porém, não existe um conceito operacional que inclua a igualdade substantiva como exigência para que a participação política dos governados seja efetiva: o conceito de democracia socialista não encontrou, ainda, uma formulação operacional que seja consensual na comunidade acadêmica – sobretudo porque os pensadores políticos ligados ao movimento operário nunca se preocuparam em oferecer uma definição precisa do conceito (GUIMARAES, 1998).

A proposta é analisar as possibilidades de formular um conceito operacional de democracia que inclua tanto uma concepção de liberdade radical como a exigência de igualdade substantiva, condições para uma participação política que efetive realmente o desejo humano de governar e não ser governado (ESPINOSA, 2004; CHAUI, 2003). Mas formular um conceito utilizando uma palavra tão gasta como democracia exige enfrentar uma batalha inicial a respeito da importância do significado etimológico da palavra, ou, mais precisamente, do conceito de democracia. Embora todos admitam que a ideia de governo do povo ou pelo poder do povo (WOOD, 2003) traduza o ideal da democracia, há quem defenda que esse significado deve ser abandonado por ter se tornado anacrônico (SARTORI, 1994a).

O caso é que, afirmam os representantes da corrente dominante da teoria da democracia, nunca houve e sequer existe qualquer possibilidade do poder pertencer de fato ao povo. E isso decorre tanto de avaliações morais – a falta de instrução ou interesse do povo pelos negócios públicos; como de impossibilidades técnicas – o grande número de pessoas que o povo inclui – o que inviabilizaria qualquer procedimento técnico que permita a participação de todos nas decisões políticas estatais. Segundo eles, mesmo nas reduzidas dimensões de Atenas, se comparada aos atuais Estados nacionais, o povo todo, sequer a maioria, jamais governou, nunca exerceu de fato o poder (SARTORI, 1994a). Para que a democracia se tornasse real, sempre foi necessário, afirmam, excluir grande parte da população – os critérios são diversos – e a democracia representativa, formal, limitada, foi a melhor solução encontrada.

Mas se a democracia não pode ser reduzida ao que significa a palavra, por que mantê-la? Porque o termo democracia tem uma função normativa e persuasiva que excede sua função descritiva ou denotativa (SARTORI, 1994a). Ao mesmo tempo em que não podemos estipular o significado do termo, pois as palavras são portadoras de experiência histórica, na medida em que corporificam um aprendizado histórico, o significado atual de democracia – que descarta qualquer possibilidade de poder do povo ou de autogoverno ou de governo pelo poder do povo – seria o resultado de um discurso que se desenvolveu através dos séculos, descartando o que considerou impróprio: os significados que não

passaram pelo teste da prática porque conduziram ao erro, a fracassos repetidos, provando-se incapazes de aplicação (SARTORI, 1994a).

Cabe explicitar como é que a corrente dominante foi capaz – e em que medida o foi, por quais meios – de produzir um discurso sobre política que venceu, que se tornou dominante. Quais foram os mecanismos utilizados para descartar os conteúdos, sujeitos e experiências que foram julgados como impróprios? Quais foram os testes que conduziram ao erro que resultaram em fracassos – quem ou quais foram os sujeitos que tiveram seus objetivos fracassados, como e por quê? Em outras palavras, quais foram os aspectos da democracia – cuja primeira manifestação histórica e reflexão teórica constituem o modelo ateniense – não puderam ser aplicados em larga escala e quais as razões pelas quais sua aplicação não foi bem-sucedida?

Para a corrente dominante o único modo de tornar a democracia aplicável fora abandonar seu significado etimológico, ressignificando tanto o poder (*kratos*) como o povo (*demos*), envolvidos na palavra democracia (SARTORI, 1994a, 1994b). Nossa proposta é inversa: se a palavra democracia não pode ser abandonada é, pensamos, justamente porque seu significado etimológico constitui sua principal força normativa que fundamenta seu valor político. Defendemos que “democracia” significa o que diz o seu nome: o governo pelo povo ou pelo poder do povo (WOOD, 2003, p. 7), e por isso é incompatível com o capitalismo – que é o governo de classe pelo capital que limita o poder do povo entendido no estrito significado político (WOOD, 2003, p. 8).

Entendemos que a importância da democracia não está relacionada com seus procedimentos – eleições, representação, voto – mas com a possibilidade de “reversão do governo de classe, em que o demos, o homem comum, desafia a dominação dos ricos” (WOOD, 2003, p. 7), pois não basta o método ser democrático: é preciso saber qual o conteúdo do que poderá estar sob deliberação. Uma definição adequada de democracia é importante porque as definições têm consequências políticas: existe uma relação, no caso da política, entre o que o povo comum pensa e aquilo “que os pensadores pensaram antes” (SARTORI, 1994a, p. 27). Por isso é fundamental analisar como é que a democracia foi sendo definida como representativa, formal, eleitoral e limitada.

O abandono da definição etimológica de democracia quando esta foi retomada na modernidade ocidental está ligado ao fato de que o antigo conceito de democracia – ateniense – surgiu da experiência histórica que conferiu status civil único às classes subordinadas, criando o cidadão-camponês e constituiu a libertação política dos camponeses de seus senhores, por meio do processo de elevação do povo (*demos*) à condição de cidadania; por outro lado, a trajetória histórica do conceito moderno – liberal – iniciou-se no feudalismo europeu e significou a ascensão das classes proprietárias, a “afirmação pelos próprios senhores de sua independência em relação às reivindicações da monarquia”, originando os princípios constitucionais modernos e gerando o deslocamento das implicações do governo pelo *demos* “como equilíbrio de poder entre ricos e pobres” como critério central da democracia (WOOD, 2003, p. 177).

Enquanto “a condição civil do cidadão ateniense era um bem valioso que tinha implicações econômicas diretas” pois “a igualdade política não somente coexistia com a desigualdade socioeconômica, mas também a modificava substancialmente, e a democracia era mais substantiva que ‘formal’” (WOOD, 2003, p. 174); a desvalorização da cidadania decorrente das relações sociais capitalistas é o atributo essencial da democracia moderna, já que “as relações sociais entre capital e trabalho podem sobreviver até mesmo à igualdade jurídica e ao sufrágio universal” porque “a igualdade política na democracia capitalista não

somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta” (WOOD, 2003, p. 184).

O caso é que a transição do feudalismo para o capitalismo provocou alterações radicais nas formas de pensamento e na visão de mundo hegemônicas na Europa medieval. A secularização, o racionalismo e a individualização substituíram a percepção teológica do mundo que, difundida pela igreja católica, legitimava uma sociedade hierárquica fundada em privilégios, proporcionando bases para um novo tipo de organização social e política fundado na igualdade e na liberdade dos homens. Para isso foi preciso demonstrar que a ordem social e sua estrutura governamental não eram elementos naturais, mas artificiais, frutos da ação deliberada de homens reais em algum momento do passado histórico. O Estado surge assim no pensamento político dos primeiros anos da era moderna como artefato da razão humana, e por isso mesmo, suscetível de ser racionalmente organizado para atender às necessidades da comunidade. Norberto Bobbio sugere que os jusnaturalistas não apenas produziram uma explicação racional para o surgimento do Estado, como também uma justificativa para o Estado racional (BOBBIO, 1994).

Ao contrapor a ideia de um Estado produto da deliberação humana a uma ordem política e social hierárquica e imutável, os pensadores da modernidade estavam afirmando, ao mesmo tempo, a ideia de que os seres humanos eram naturalmente livres e iguais e, portanto, que os privilégios tinham origem em convenções sociais e não em distinções divinas: a humanidade não era prisioneira de forças superiores. Difundiu-se então, uma noção de liberdade que, embora permanecesse metafísica, era legitimada pelo estudo científico da natureza: assim como os observadores do mundo natural puderam verificar, empiricamente, que um corpo em movimento tende a permanecer em movimento até que alguma força lhe oponha resistência e que um corpo em repouso tende a permanecer nesse estado até que alguma força aja sobre ele, também a liberdade dos homens podia ser compreendida como uma característica natural dos seres humanos e definida como ausência de coerção, ou seja, ausência de qualquer força exterior que pudesse obrigá-lo a qualquer ação contrária aos ditames da sua consciência. É uma noção de igualdade, capaz de assimilar múltiplas diferenciações, principalmente, aquelas geradas pelo exercício individual da liberdade de pensamento ou crença.

Não é de todo desnecessário reafirmar que aqueles pensadores não estavam criando modelos políticos e sociais abstratos os quais seriam contrapostos à realidade, com o objetivo de transformá-la. Eles refletiam a desarticulação do modo feudal de produção e o avanço da mercantilização das relações que corresponde ao período chamado de “acumulação primitiva do capital” que gerou as condições econômicas necessárias para a revolução industrial e a completa dominação do capitalismo. Estavam, portanto, refletindo sobre processos reais de transformações históricas que embora ainda permanecessem indefinidos, eram processos que efetivamente estavam em curso na realidade concreta contrariando interesses antigos e arraigados e gerando novos, provocando, desta forma, conflitos diversos e reações contraditórias a depender do momento e do lugar em que se manifestavam.

Embora o destino fosse o mesmo, o caminho trilhado pelos ingleses não foi o mesmo que percorreram os colonos da distante Nova Inglaterra ou os franceses do outro lado do Canal da Mancha, ainda que aqui e acolá se possa observar alguma semelhança entre eles. E nesses caminhos sinuosos, os quais ninguém sabe com clareza onde levarão, muitas vezes se regride tentando avançar e se avança tentando voltar para trás. Os homens se veem compelidos a buscar no passado os exemplos e modelos que serão usados na construção do futuro. Passado e futuro são idealizados e se confundem na contraposição a um presente incerto e inseguro. Ideias e ideais antigos, às vezes há muito relegados ao

esquecimento, são resgatados e ressurgem como novidades que, por sua vez, assimiladas por uma realidade hostil adquirem nova conformação e significados.

É em contexto desse tipo que aqueles homens dos primeiros anos da era moderna fizeram emergir do passado ideias como república, primeiro, e democracia, depois, como forma de governo capazes de garantir a liberdade e a igualdade. Mas a república que ressurgiu nos tempos modernos não poderia ser igual àquelas experimentadas pelos povos da antiguidade. Ela apresentava diferenças significativas o suficiente para que um estudioso concluísse que estava a “meio-termo entre Roma e Montesquieu” (RIBEIRO, 2008). É uma ideia de república que resgata de Roma o princípio de que o bem comum deve prevalecer sobre os interesses individuais, mas, ao mesmo tempo, postula que os cidadãos não podem ser detidos na busca da satisfação dos seus interesses individuais.

Nessa república moderna os governantes devem trabalhar em prol da realização do bem comum e não podem utilizar seus cargos e funções para promover a satisfação dos seus interesses particulares e os cidadãos, por sua vez, diferente do que havia constatado Montesquieu olhando para a antiguidade, não precisam ser depositários de uma ampla gama de virtudes, no sentido de que dele não se exige maior dedicação à comunidade, ao bem comum, mas que se o deixa livre para trabalhar na busca da realização dos seus objetivos pessoais, até o limite imaginado por Jeremy Bentham e os utilitaristas de que o bem comum não pode ser obtido senão pela satisfação da maior quantidade de interesses individuais pelo maior número de pessoas possível.

Por mais fortes que fossem os influxos niveladores que partiam da pequena nobreza e da burguesia em ascensão, a república na Inglaterra da virada do século XVII para o XVIII não podia ir além de uma monarquia constitucional que colocasse o poder político sob o controle dos lordes assentados no parlamento. Não é o demo que se realiza nessa república observou Ellen Wood (2003). São senhores proprietários dos meios necessários para produzir a satisfação das suas necessidades que precisam de um Estado capaz de garantir o usufruto do seu trabalho independente dos interesses da comunidade, e de garantir também a apropriação do trabalho dos que não possuíam aqueles meios, afinal, vaticinava John Locke: “(...) a grama que o meu cavalo pastou, a turfa que o criado cortou, o minério que extrai em qualquer lugar onde a ele tenho o direito em comum com os outros, tornam-se minha propriedade...” (LOCKE, 1991)

Na transformação das colônias americanas em Estado independente, a república rediviva precisou ser mais “republicana” e inclusiva, mas, sem, contudo, tornar-se democrática. No processo de luta contra o domínio da realeza britânica os colonos americanos aprenderam a ver em toda coroa um símbolo de opressão (PAINE, 1973). Erguida, porém, em oposição à monarquia, a república fundada na América se definia também em oposição à democracia. É o que escrevia Madison no famoso paper 10 dos textos de O Federalista: “a república aparta-se da democracia em dois pontos essenciais; não só a primeira é mais vasta e muito maior o número de cidadãos, mas os poderes são nela delegados a um pequeno número de indivíduos que o povo escolhe” (HAMILTON, MADISON e JAY, 1973; p. 104)

Obrigada a ser mais inclusiva em sua base porque não podia descartar uma pequena burguesia rural e urbana muito maior numericamente e mais desenvolvida quando comparada ao caso inglês e que, para completar, pegara em armas para enfrentar a opressão da coroa e continuava armada, a ideia de república encontrou em um complicado sistema de “freios e contrapesos” uma forma de amenizar o perigo que uma cidadania ampliada pudesse significar. Trata-se de um complexo arranjo que inclui a divisão e separação de poderes entre executivo, judiciário e legislativo (bicameral), mas que tem sua pedra de

toque na organização federativa da nação que aumenta a distância entre o cidadão e o centro do poder e no princípio da representação em oposição à participação direta do cidadão (WOOD, 2003, p. 189).

No sistema representativo engendrado pelos federalistas norte-americanos, a república continuava encontrando na realização do bem comum a sua razão de ser, mas transfigurado em interesse público, sua realização ficava a cargo de um “corpo escolhido de cidadãos” que por seu “patriotismo e amor à justiça” são os únicos capazes de “depurar e aumentar o espírito público”. (HAMILTON, MADISON e JAY, 1973; p. 104). A virtude, entendida como devoção cívica e dedicação à comunidade, do modo como entendia Montesquieu, deixa de ser considerada um requisito fundamental para a cidadania na república dos federalistas. Desde que os cidadãos pudessem encontrar representantes portadores de tais virtudes, eles estariam livres para buscar a satisfação dos seus interesses particulares. Em certo sentido, pode-se dizer que não apenas a virtude cidadã deixava de ser necessária para a realização da república, como os próprios cidadãos – apesar de continuarem sendo constantemente referidos como o elemento central do sistema – tornavam-se supérfluos.

Apenas na França revolucionária a república aparecerá em uma versão radical, regicida, no governo dos jacobinos sob o impulso dos *sans culottes*. Mestres artesãos, ferreiros, sapateiros, tecelões, e toda uma série de pequenos produtores independentes do campo e das cidades ameaçados pelas transformações em curso compuseram com diaristas e diferentes tipos de trabalhadores sem qualificação a ala “esquerda” do terceiro estado e defenderam um programa republicano que incluía a câmara única, a supremacia do legislativo e a ideia mais radical ainda do fim do voto censitário com o estabelecimento do voto universal masculino. Tratava-se de uma república que procurava se reencontrar com a democracia. Mas, tal qual uma interminável “Comédia dos erros” (também esta uma criação grega reescrita na modernidade), esses irmãos pareciam fadados a não se encontrar e, ainda que seus caminhos se cruzassem, quando o encontro parece estar mais próximo de acontecer, algo improvável se encarregava de perpetuar a separação.

Assim que o governo dos jacobinos cumpriu a missão revolucionária de livrar a França da aliança aristocrática contrarrevolucionária – tarefa admirável sob todos os pontos de vista e de êxito pouco provável, uma vez que uma França dividida pelo conflito interno e com sua economia tradicional desarticulada pelo processo revolucionário teve que enfrentar a nobreza exilada com apoio das grandes monarquias europeias – foram derrubados do poder. E com eles também foram afastados os *sans-culottes* e todo o conteúdo igualitário e democrático da república. Sem o apoio dos camponeses que tiveram atendidas as suas reivindicações por reforma agrária e distribuição de terras e ansiavam agora pela liberação dos preços de seus produtos no mercado e pelo fim dos confiscos efetuados no esforço de guerra, os últimos movimentos dos pobres despossuídos e proletarizados foram facilmente contidos pelo novo governo instalado no poder. A “conspiração dos iguais” liderada por Grago Babeuf foi o derradeiro espasmo de um movimento que somente reapareceria, décadas depois, em 1830 com a Revolução de Julho (FLORENZANO, 1983; SOBOUL, 1979)

A nova ordem constitucional que substituiu o governo jacobino era bem menos democrática. Os direitos políticos voltaram a ser privilégio dos proprietários, definindo um regime censitário e excludente. O poder legislativo foi dividido em duas câmaras e o executivo passou a ser exercido por um Diretório composto por cinco membros. No plano interno, o Diretório desagradava a esquerda democrática e a direita monarquista; no externo, o exército continuava a guerra com meios próprios e independente das decisões do Diretório e com isso ficava aberta a porta para que um golpe de Estado selasse a sorte

da Revolução que tentou reencontrar a democracia, mas acabou desembocando em um improvável império republicano, ou uma, igualmente improvável, república imperial.

Como Marx notaria pouco mais tarde em seu 18 Brumário, Napoleão criou as condições necessárias para o desenvolvimento das forças produtivas que tinham sido libertadas pela revolução de 1789, varrendo por toda parte as instituições feudais. O império napoleônico, entretanto, não logrou concretizar uma nova pax romana. No correr da primeira metade do século XIX a França experimentaria ainda a monarquia restaurada, outra república revolucionária malograda e vislumbraria a reedição de um novo império dirigido por um segundo Bonaparte. A estabilidade política se manteve precária com os mais diferentes governos e tipos de Estados constantemente desafiados.

O surgimento da nova ordem econômica era acompanhado por tensões políticas e sociais características de sociedades em transformação, e as classes populares, espremidas entre dois mundos – um do passado, em estado terminal, outro, embrionário, em germinação – irrompiam em sucessivas insurreições que reuniam poucas chances de êxito. Os democratas da pequena burguesia radical, herdeiros do jacobinismo, não percebiam o sentido do processo em curso e não se davam conta da profundidade e do desenvolvimento capitalista. O ideal de sociedade concebido por eles guardava reminiscências do passado. Almejavam uma sociedade organizada em pequenas comunidades autogovernadas de produtores independentes. Defendiam a propriedade como a base material da liberdade concebendo-a como a pequena parcela de terra do camponês individual ou a oficina do artesão e não se davam conta de que a extensão da propriedade privada, pelo contrário, estava na origem dos problemas vividos pela crescente massa de trabalhadores proletarizados (ELEY, 2005). Estes últimos, por sua vez, chegavam ao final da primeira metade do século XIX, durante a sequência dos eventos que precederam o golpe de Luís Bonaparte, proclamando uma república social, para a qual Marx não via ainda condições objetivas e subjetivas de instalação: o máximo que o levante proletário de Paris conseguiu obter em 1848, foi ter suas lideranças isoladas e afastadas da cena pública, perdendo qualquer possibilidade de influenciar a condução do processo (MARX, 1978; p. 24-5). A república erguida naquele momento sobre os escombros de uma verdadeira guerra civil que colocou em lados opostos burguesia e proletariado – com este passando a ocupar, desde então, o papel de grande inimigo antes reservado à nobreza – embora não tivesse ainda traços claramente delineados, demonstrava inequívoco caráter de classe definindo-se, de fato, como uma república burguesa.

Essa distinção é significativa. O proletariado francês começou a definir objetivos e interesses próprios, diferentes daqueles dos pequenos burgueses que, embora ameaçados permanentemente por um acelerado processo de proletarização, não conseguiram romper com os dogmas ideológicos da grande burguesia. Passado o refluxo que vigorou durante a década de 1850, quando os movimentos operários emergem por toda a Europa – não apenas em ações políticas, mas também naquelas estritamente econômicas – eles serão identificados por uma nova ideologia que os acompanha nessa erupção: o socialismo (HOBSBAWM, 1982; ELEY, 2005). Daí para frente, a democracia para o proletariado tende a adquirir, cada vez mais, um conteúdo social concreto, mantendo o espírito revolucionário em clara oposição ao monopólio classista da propriedade, se define como um instrumento capaz de imputar à república um conteúdo diferente daquele imposto pela burguesia; um caminho na direção de concretizar a utopia da república social.

A memória ainda recente da grande revolução 1789-93, bem como as sucessivas ondas de insurreições que abalaram a Europa em 1830-34 e depois, novamente, em 1848-51, iam mostrando para os liberais que a estabilidade política e a manutenção dos regimes

constitucionais (republicanos, mesmo quando ainda mantinham a forma de monarquias) dependiam de arranjos jurídicos e políticos capazes de absorver a pressão, mantendo sob controle todas as forças em disputa, o que implicava na legalização dos sindicatos e no reconhecimento da legitimidade de negociação salarial (contrária ao *laissez-faire* vigente) e, também, na inclusão de todas estas forças no cenário político-institucional com a ampliação do direito de voto e a legalização dos partidos operários, socialistas.

Contraditoriamente, ainda que um renomado pensador liberal como Stuart Mill pudesse defender a extensão do direito de voto além da barreira estabelecida pela propriedade, os mais fortes impulsos nesse sentido, ao lado dos movimentos dos trabalhadores, partiram de líderes políticos conservadores e/ou autoritários como o segundo Bonaparte na França, Benjamim Disraeli na Inglaterra e Bismarck na Alemanha, os quais, cada qual em seu tempo, lograram êxito em significativas reformas nos sistemas político e de proteção social em seus países. O historiador Eric Hobsbawm (1982, p. 126) soube perceber o papel dos conservadores no processo de extensão de direitos políticos e sociais aos trabalhadores: “(...) eles sentiram que às vezes podiam segurar os liberais mediante a ameaça de aumentar as franquias”.

O medo e o preconceito impediam os liberais de ver aquilo que os líderes conservadores aparentemente haviam intuído. No último quartel do século XIX, o capitalismo já havia tornado possível, nas palavras de Ellen Wood (2011, p. 201), “a redefinição de democracia e sua redução ao liberalismo”. A existência de uma esfera política e outra econômica de tal modo separadas, que as relações de poder no interior de uma não depende diretamente da posição dos atores na outra, que torna possível a uma classe manter e exercer o poder econômico, controlando o processo de produção e apropriação dos excedentes, sem o recurso de meios extra econômicos ou do aparelho coercitivo, ao mesmo tempo em que permite que o poder político possa ser exercido por “um aventureiro surgido de fora, glorificado por uma soldadesca embriagada, comprada com aguardente e salsichas” (MARX, 1978; p. 114).

É nessa separação que reside a essência da única ideia de democracia que pode ser compatível com o liberalismo. Uma democracia que não pode transcender a esfera da política e penetrar na econômica que é, de fato, aquela onde as pessoas vivem produzindo e reproduzindo suas vidas. É certo que esta democracia se configura como um tipo de governo compatível com o liberalismo por se constituir no modo pelo qual uma sociedade pode se dar um governo, mantendo, ao mesmo tempo, a sua liberdade. E é igualmente certo que essa democracia possui seu valor, exatamente, por se constituir como instrumento de proteção e garantia da vida e da liberdade do cidadão – mesmo que isso implicasse a proteção também da propriedade, como pensava Locke. Trata-se de uma forma de governo que, mantido sob controle, não apenas deixa livre um largo espectro das atividades humanas, incluindo aí suas crenças e opções privadas, como encontra na preservação dessa condição umas das suas principais funções. Mas também é igualmente certo que essa democracia limitada pensada pelos liberais se configura como um tipo de governo incapaz de resolver grande parte dos problemas concretos vividos pela maior parte da população, uma vez que suas interferências nas relações sociais são sempre recebidas como ameaças à liberdade e, enquanto tal, rechaçadas, razão pela qual, sobre ela pesa constantemente o estigma da inutilidade.

Portanto, nosso desafio é, após compreender como é que a democracia se tornou o que é – do ponto de vista teórico e também histórico – explorar suas possibilidades e limites reais. Para tanto, consideramos pertinente contrapor à corrente dominante – que afirma que apenas sob o capitalismo é possível a democracia, e apenas uma democracia formal, representativa e limitada – a tese de que, pelo contrário, a democracia – o governo

do povo ou pelo poder do povo – é impossível sob o capitalismo, mas essencial para sua dissolução.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão feita na introdução indica que o processo de definição do conteúdo do conceito de democracia é o resultado de uma construção histórica. E como tal, este processo – em suas diversas formulações e reformulações – pode ser rastreado através da análise dos textos de teoria política clássica dedicados a esta questão. Logo, após a caracterização de nosso objeto de estudo, precisamos explicitar como compreendemos esse objeto. Ou seja, precisamos especificar o ponto de vista teórico que sustenta nossa pesquisa.

Isto é necessário porque as Ciências Sociais de modo geral, e a Ciência Política em particular, campo do conhecimento no qual se insere nossa pesquisa, são marcadas pela pluralidade teórica e metodológica. Assim, aquele consenso teórico mínimo, facilmente alcançável pela comunidade de estudiosos nas Ciências Naturais e Aplicadas, é praticamente impossível. O que faz com que, mais do que nas ciências “mais duras”, a explicitação do “quadro teórico” que fundamenta a pesquisa seja um dado essencial para a compreensão da própria proposta do projeto.

Esta necessidade é ainda mais premente no nosso caso, já que lidamos especificamente com o subcampo ou domínio da Ciência Política designado como “teoria política”. O subcampo de estudos da “teoria política”, como o próprio nome indica, ocupa-se não da análise direta de fenômenos políticos empíricos, mas das reflexões construídas a partir de sua investigação ao longo da história. Ou seja, o objeto de estudo da “teoria política” é o seletivo conjunto de obras referendado como “clássicas” pelo cânone ocidental.

Aqui cabe uma primeira diferenciação. Existe uma distinção clara entre “pensamento político” e “teoria política”. Como bem destaca Ellen Wood (2011, p. 1) o “pensamento político” é uma reflexão contingencial sobre o fenômeno do poder, sendo comum a todas as sociedades complexas, tanto do Oriente quanto do Ocidente. Deste modo, seja na forma de poesia, sistemas filosóficos ou sabedorias de vida, todas as sociedades civilizadas desenvolveram variações em torno do “pensamento político”, interrogando-se sobre a divisão entre dirigentes e dirigidos, o fundamento da “autoridade”, etc. Mas sem a preocupação da construção rigorosa de um discurso logicamente articulado, capaz de legitimar cientificamente a reflexão. Enquanto a “teoria política” situa-se num patamar diferenciado, pois supõe um discurso lógico e argumentativo, calcado no uso de conceitos bem definidos, para investigar a legitimidade e a racionalidade da ordem política preconizada como a mais adequada para a convivência humana (WOOD, 2011. p. 1-4).

Na verdade, a “teoria política” tem uma origem histórica muito bem documentada. Tal como a filosofia, a “teoria política” é uma genuína invenção grega. É a partir da Grécia clássica que surgem as obras de investigação racional do fenômeno político, como A República de Platão e a Política de Aristóteles, que irão influenciar e definir os contornos da “teoria política” clássica (WOOD, 2011). De lá para cá, uma série de autores célebres foram incluídos no panteão dos clássicos: Maquiavel, Hobbes, Locke, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx, etc. É neste sentido preciso que utilizamos a expressão “teoria política”, servindo para nomear o conjunto das obras canônicas legitimadas pela tradição ocidental (antigas e modernas) que estabeleceram os eixos da reflexão ocidental sobre os temas políticos. Contudo, as ambiguidades não se encerram aqui. Distinguir entre “pensamento

político” e “teoria política” é apenas o primeiro passo. Para avançarmos, precisamos definir a linha ou corrente teórica a qual nossa pesquisa se vincula.

O subcampo de estudos da “teoria política” hoje se divide em três perspectivas teóricas principais. Apesar da existência residual de alguns partidários da “análise textual”, a cena acadêmica contemporânea majoritariamente se distribui entre o “contextualismo linguístico” de Quentin Skinner, a “história dos conceitos” de Reinhart Koselleck (JASMIN, 2005; TULLY, 1988) e, acrescentaríamos, a “história social da teoria política”, desenvolvida por Neal e Ellen Wood (WOOD, 1978; 2011). Com efeito, a escolha por qualquer uma destas tradições implica necessariamente na adoção de um determinado “modo de pensar” ou “visão de mundo” que acaba por condicionar como compreendemos o campo de fenômenos a ser analisado.

As três tradições ostentam como elemento comum a necessidade de contextualização do texto de “teoria política”. E, nisto, todas elas se distinguem da “análise textual”, que via no próprio texto as condições de sua leitura e interpretação. Contudo, apesar de partilharem a exigência de contextualização como fundamento da compreensão do sentido dos textos de “teoria política”, o significado de contextualização difere significativamente entre as três perspectivas teóricas. Enquanto o “contextualismo linguístico” e a “história dos conceitos” concebem a contextualização nos moldes mais ambíguos de uma propalada historicidade linguística do discurso, a “história social da teoria política” adota a matriz do historicismo *tout court*. A reivindicação da contextualização é assumida em todas as suas consequências, implicando na necessidade de investigar as condições concretas de produção do discurso (isto é, as condições econômicas, políticas e sociais), e não meramente o contexto linguístico da enunciação da “teoria política”. É por este motivo que fizemos nossa opção pelo referencial teórico da “história social da teoria política”.

Os seus axiomas fundamentais podem ser sumarizados em cinco pressupostos que estabelecem os enfoques teóricos e procedimentais da apreensão/compreensão da “teoria política” (WOOD, 1978, p. 345). O primeiro deles começa por estabelecer o estatuto da própria esfera da política no conjunto da vida social humana. A política não pode ser vista de modo idealista, como uma atividade distante de nossos interesses imediatos, como aparece para o senso comum. Aliás, a característica essencial da esfera da política é a sua vinculação direta às necessidades práticas da vida cotidiana e aos interesses materiais dos diversos grupos/classes sociais. É através da política, legitimados pela atuação em nome dos interesses públicos, que os indivíduos, os grupos e as classes sociais buscam também os seus interesses particulares. Então, a atividade política é despida de sua aparência abstrata e estabelecida firmemente no chão da vida cotidiana dos indivíduos concretos.

Daí resulta que, como propõe o segundo pressuposto, a teoria política clássica (aquele conjunto de obras antigas e modernas que constituem o cânone ocidental) seja concebida como estreitamente vinculada ao contexto sócio-histórico na qual foi produzida. Neste ponto, como já assinalado, reivindicar a contextualização histórica vai além da mera contextualização linguística do discurso, buscando identificar os antagonismos sociais, os jogos de interesses dos diversos grupos sociais, etc. envolvidos na produção de uma obra de “teoria política”. O que queremos dizer com isto é que a “teoria política” não opera num vazio sociológico, mas é o resultado da interação orgânica entre o autor e os problemas colocados pelo conflito social da época na qual viveu. Como destacado por Wood (1978), não podemos ignorar a relação da obra de Maquiavel (sobretudo de O Príncipe) com a sua posição enquanto funcionário do “Estado” florentino. Nem muito menos os vínculos estreitos existentes entre as concepções políticas de John Locke e sua afinidade com os interesses dos Shaftesbury. Sem contar a associação direta existente entre a reflexão de John Stuart Mill e sua ligação com os Radicais. Ou, ainda, o profundo

envolvimento de Karl Marx com o movimento operário. Enfim, esta estreita vinculação entre a obra de teoria política e o contexto sócio-histórico é de validade geral.

Se a obra de teoria política clássica está profundamente enraizada na vida cotidiana da época na qual foi produzida, segue-se que ela tem muito a dizer sobre as condições sociais e históricas desta época. O terceiro pressuposto expressa exatamente isso. Todo texto de teoria política clássica é, dentre outras coisas, um retrato mais ou menos acurado de uma determinada conformação histórica de uma sociedade particular. Assim, através da análise dos textos de teoria política clássica podemos aprender muito sobre a organização social, a estruturação do poder, os antagonismos entre grupos, etc. da sociedade da qual proveio.

O quarto pressuposto indica ainda que toda obra de teoria política clássica pode ser explicada como representando um ponto de vista partidário no contexto do conflito social no qual foi produzida. Ou seja, o seletivo grupo de autores classificados como clássicos, como podemos depreender dos exemplos listados acima, estava claramente expressando uma perspectiva política determinada nos conflitos sociais do período em que viveram. Com efeito, os autores de teoria política clássica visaram não só ao conhecimento desinteressado de suas conjunturas políticas; ou, pelo menos, este não era o único objetivo pretendido, nem mesmo o mais importante. Indo além, todos eles, sem exceção - de um modo ou de outro, de forma mais direta ou mediada - pretendiam intervir na conjuntura, fornecendo os fundamentos morais e/ou o desenho institucional para a reordenação política da polis. Contudo, postular tal tese não significa defender qualquer forma de determinismo. O que se pretende é situar o autor na cena concreta da vida política, na qual todos os indivíduos estão - direta ou indiretamente - envolvidos e posicionados. Por outro lado, defender um ponto de vista interessado ou partidário não significa, de modo algum, abrir mão do rigor científico. Conciliar visão interessada com isenção analítica é o que distingue um clássico de um panfletário medíocre, fazendo com que sua reflexão ultrapasse o contexto imediato de sua origem e alcance gerações futuras de leitores.

Portanto, como estabelece o quinto pressuposto, segue-se que todo texto clássico de teoria política é também ideológico. Porém, ideológico num sentido muito específico, indicando que além de expressar um conhecimento estabelecido de modo filosófico-científico, ele também veicula uma visão de mundo vinculada aos interesses de certos grupos sociais e contrária aos interesses de outros (WOOD, 1978). Ou seja, apesar de partirem da análise da realidade efetiva, da investigação da realidade do ser (do Estado em suas diferentes manifestações históricas), eles acabam inevitavelmente resvalando para preocupações prescritivas, pertencentes ao plano do dever ser. Ainda assim, é exatamente esta complexa dialética entre os planos da descrição e da prescrição ou do normativo o elemento distintivo do texto de teoria política clássica.

JUSTIFICATIVA

Diante da necessidade de identificar quais as principais diferenças ou distinções entre os conceitos de “democracia liberal” e “democracia socialista”, bem como de explicar porque o modelo liberal se tornou dominante, torna-se necessário entender e explicar o processo social que gerou esse resultado. Além disso, embora alguns autores contemporâneos ofereçam definições operacionais precisas capazes de designar as propriedades e características essenciais da “democracia liberal”, isso não acontece no caso da definição de “democracia socialista”. As definições de democracia liberal ou representativa, seja em sua forma estipulativa ou léxica, apesar de controversas, partilham

de considerável consenso entre a comunidade acadêmica, permitindo que sejam usadas para caracterizar os elementos essenciais das diversas experiências históricas concretas existentes de democracia liberal. Contudo, o mesmo não acontece com a concepção de “democracia socialista”, pois os pensadores políticos ligados ao movimento operário nunca se preocuparam em oferecer uma definição precisa do conceito.

De imediato, o foco da proposta é investigar o conjunto da elaboração teórica produzida pelo pensamento político socialista a partir da segunda metade do século XIX, buscando extrair desta análise um conceito rigoroso de “democracia socialista”. Com base nisso, poderia ser feito um estudo comparativo entre os dois tipos de democracia moderna, explicitando o conteúdo concreto de cada um deles. Mas entendemos que para apreender rigorosamente as distinções entre estes dois tipos de democracia os conceitos estipulativos ou léxicos de “democracia liberal” existentes na literatura especializada eram insuficientes e para sanar suas deficiências teóricas é necessário elaborar uma conceituação etimológica de democracia que assinalasse as continuidades e rupturas entre o conceito clássico de democracia (modelo ateniense) e o conceito liberal de democracia.

Esta necessidade de retornar ao conceito clássico de democracia, tal como elaborado pela práxis histórica do cidadão-camponês da Atenas do Século V a.C., decorre do fato de que o processo histórico que resultou na construção da democracia moderna diverge radicalmente daquele que produziu a democracia clássica ateniense, gerando dois modelos profundamente divergentes: o primeiro modelo “(...) eleva o *demos* à condição de cidadania”; enquanto o segundo resulta da “(...) afirmação pelos próprios senhores de sua independência em relação às reivindicações da monarquia” (WOOD, 2011, p. 177). Deste modo, a abrangência do projeto se ampliou, exigindo uma investigação comparativa entre os conceitos de democracia clássica e democracia moderna, entendendo essa última como sendo constituída pelo modelo liberal e pelo modelo socialista. O contraste entre a democracia clássica e a democracia moderna permitirá produzir um conceito operacional de democracia muito mais rigoroso do que as definições estipulativas e léxicas existentes atualmente, servindo ainda para qualificar as diversas experiências concretas de democracia existentes no mundo contemporâneo.

PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa proposto neste projeto desdobra-se em alguns questionamentos teóricos. O primeiro destes questionamentos versa sobre a diferença entre a concepção clássica de democracia e a concepção moderna de democracia: Quais são as distinções essenciais entre a democracia ateniense clássica e a democracia moderna que surge nos Estados Unidos e na Europa com a constituição do capitalismo liberal? Por que, a partir do início de constituição da modernidade ocidental, as forças históricas empenhadas na construção dos princípios constitucionais modernos deslocaram o sentido original de democracia de “governo pelo *demos*” para “governo pelos proprietários”? Que importância o desenvolvimento do movimento operário europeu teve sobre a ampliação do conceito moderno de democracia para além de seu sentido liberal? Qual é o conceito operacional de democracia socialista? Qual é a sua vinculação com o conceito clássico de democracia (democracia ateniense)?

OBJETIVOS

O objetivo geral deste projeto é investigar como o conceito moderno de democracia se constituiu a partir do início da modernidade ocidental e identificar os elementos que o distinguem do conceito ateniense clássico de democracia. Nossos

objetivos específicos são: I) Investigar o processo histórico que levou à cristalização do conteúdo do conceito moderno de democracia; II) Identificar/caracterizar o conteúdo concreto do conceito de “democracia liberal”; III) Investigar o papel das classes subalternas, principalmente do movimento operário europeu, na democratização do liberalismo e na ampliação do conceito moderno de democracia; IV) Identificar/caracterizar o conteúdo concreto do conceito de “democracia socialista”; V) Identificar as distinções entre os conceitos de “democracia liberal” e de “democracia socialista”; VI) Produzir um conceito operacional de democracia, capaz de definir as propriedades e características essenciais das diversas formas históricas de democracia.

HIPÓTESES

A primeira hipótese (H1) parte da ideia de que a distinção essencial entre a democracia clássica ateniense e a democracia moderna (em sua vertente liberal censitária) é que a primeira confere status civil às classes subordinadas, enquanto a segunda estabelece a cidadania exclusivamente para as classes proprietárias. A segunda hipótese (H2) consiste em investigar se o deslocamento do sentido original do conceito de democracia, entendido como “governo pelo *demo*” para “governo pelos proprietários”, decorre da especificidade do processo histórico e das forças sociais envolvidas na construção da democracia liberal. A terceira hipótese (H3) investiga se a emergência do movimento operário europeu – e, de modo geral, das crescentes reivindicações por cidadania política pelas classes subalternas a partir da segunda metade do século XIX – ampliam radicalmente o conceito moderno de democracia, desaguardo na proposição de uma “democracia social” ou “democracia socialista”.

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A apreensão da construção do conceito moderno de democracia – em suas variantes liberal e socialista – exige uma análise minuciosa da teoria política clássica produzida durante o processo histórico de sua constituição, entre os séculos XVII e XX. Isto é necessário porque, como já postulamos anteriormente, a definição do conteúdo moderno de democracia resultou da luta travada por diferentes grupos e classes sociais que almejavam o controle do Estado e a hegemonia política sobre a sociedade. E a melhor forma de acessar os conteúdos que contribuíram para determinar o conceito moderno de democracia é através do estudo criterioso da teoria política relacionada à questão democrática produzida neste interregno. A teoria política produzida neste período expressa os interesses, os pontos de vista e as prescrições políticas e organizativas dos autores vinculados às diversas classes sociais envolvidas na construção do conceito moderno de democracia.

Esta afirmação está fundamentada em nosso referencial teórico, que estabelece que a teoria política clássica é fundamentalmente partidária e prescritiva, fornecendo orientações práticas para a atuação dos indivíduos diante dos conflitos sociais. Tanto é assim, que podemos afirmar que a teoria política clássica floresce principalmente em períodos históricos de transformações econômicas, políticas e culturais, como foi este período histórico específico no qual se forjou o conceito moderno de democracia. A transição do *Antigo Regime* para a modernidade capitalista madura foi marcada pela crise e pela turbulência, propiciando uma aproximação significativa entre teoria e prática,

permitindo que as ideias fossem utilizadas pelos diversos grupos e classes sociais como armas de combate político na delimitação do conceito de democracia.

Com efeito, o encaminhamento operacional da pesquisa comporta dois momentos principais. Em primeiro lugar, na fase exploratória, deveremos identificar os autores e as obras de teoria política clássica envolvidos na construção do conceito moderno de democracia. Isto será feito através da seleção dos autores e obras que mais diretamente se posicionaram diante do conflito então estabelecido pela determinação do conceito moderno de democracia. Em seguida, já no segundo momento da investigação, procederemos a uma análise sistemática das obras selecionadas, buscando apreender as suas contribuições para a construção do conceito moderno de democracia, ressaltando as prescrições específicas de cada autor e as vinculações sócio-políticas que modelaram as suas intervenções.

Para coletar os dados necessários, a investigação analítica da bibliografia selecionada nortear-se-á pelos pressupostos teóricos e procedimentais já anteriormente estabelecidos pela “história social da teoria política” (WOOD, 1978). O método de investigação adotado por esta perspectiva de estudo é de caráter interdisciplinar, utilizando-se das contribuições da filosofia, da sociologia, da economia e da ciência política para melhor compreender a teoria política clássica. Contudo, seu foco principal reside na historicização radical da leitura das obras clássicas de teoria política, vinculando-as ao seu contexto sócio-histórico específico e identificando os laços partidários que contribuíram para a sua conformação.

A fim de apreendermos como o conteúdo do conceito moderno de democracia foi se cristalizando, precisaremos situar os autores e as obras de teoria política no contexto sócio-político concreto do período histórico considerado. A melhor maneira de se fazer isso é considerarmos a teoria política clássica como sendo constituída por dois tipos de constructos (WOOD, 1978, P. 353). O primeiro tipo, ou “constructo de primeira ordem”, é uma criação puramente mental expressa pelo “ideal humano” subjacente à elaboração teórica em questão:

A ideia do ideal humano oferece um ponto arquimediano para a alavancagem heurística no exame de uma teoria específica e para o estabelecimento de sua relação com o contexto social. Ela é, para utilizar outra metáfora, o cordão umbilical que conecta a teoria do pensador com o ser social no qual foi concebida e nutrida. O ideal humano informa a teoria como um todo, fornecendo-lhe sua lógica, unidade, estrutura arquitetônica e providenciando a ligação vital com a sociedade. O ideal humano do teórico não é criado num vácuo social ou conjurado do nada. O seu protótipo é sempre um homem concreto ou tipo humano vivendo na sociedade do presente ou do passado (WOOD, 1978, p. 351).

Conseqüentemente, os autores envolvidos na definição do conteúdo moderno do conceito de democracia elaboraram as suas teorias tomando como referência um tipo humano ou um ideal humano que convertia os seus próprios interesses sociais, valores e aspirações no parâmetro fundamental para as suas prescrições políticas e sociais concretas. Ou seja, a teoria política de cada autor específico pode ser vista como uma contribuição formal designada para resolver o problema de como a participação popular nas decisões deveria ser limitada, de como as instituições políticas deveriam ser organizadas e, finalmente, de que modo o significado original/etimológico de democracia deveria ser ressignificado para se adequar à nova configuração de forças presente na sociedade moderna. A análise atenta das obras selecionadas deve procurar responder a um conjunto de questões nucleadas em torno da realização do ideal humano proposto por cada autor: I)

quem deve governar?, II) quem deve ser governado?, III) quem é o povo?, IV) como o governo de classe pode ser mantido ou revertido? Entre outras questões.

Finalmente, cumprida esta primeira fase analítica, poderemos explorar os “constructos de segunda ordem”. Nesta categoria, incluem-se os recursos intelectuais que dão suporte à argumentação dos diversos autores da teoria política clássica. E quais são eles? Eles se constituem nos mais diversos meios de eloquência ou expressividade utilizados pelos teóricos para persuadir os leitores da veracidade e legitimidade das ideias defendidas em suas obras. Incluem o recurso à ciência, religião, teologia, metafísica, psicologia, ética, lógica etc. Se a apreensão do ideal humano defendido por cada autor nos permitirá identificar o ponto de vista social a partir do qual ele intervém na conformação do conceito moderno de democracia, o acesso aos recursos expressivos utilizados por ele nos ajudará a entender por que o modelo de democracia hoje em vigor adquiriu plausibilidade e se tornou hegemônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, visando entender como o moderno conceito de democracia foi construído, faremos a releitura dos autores clássicos da política por meio da metodologia da “história social da teoria política” ou “contextualismo social” de suas vidas e obras, que permite uma compreensão mais adequada de suas conclusões e prescrições, uma vez que explicita a posição social a partir da qual produziram suas obras, sem, contudo, cair em qualquer tipo de determinismo. Assim, seremos capazes de propor uma forma de repensar a “democracia”, redefinindo o conceito sem perder de vista os diversos significados que adquiriu ao longo dos séculos. Trata-se de um exercício acadêmico, intelectual e prático que pretende não apenas produzir um conceito de democracia socialista como também pensar como a participação do povo na política poderia ser efetivada sem deixar que o alcance da cidadania seja esvaziado.

REFERÊNCIAS:

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção** [2003]. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua** [1995]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. 7ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BOBBIO, Norberto. O Modelo Jusnaturalista. In BOBBIO, N. e BOBERO, M. **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. **Política em Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. São Paulo: Lech, 1980.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 1992.

- DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- ELEY, Geoff. **Forjando a Democracia: A história da esquerda na Europa, 1850-2000.** São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
- ESPINOSA, Benedito. **Tratado Político.** Coleção *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- FLORENZANO, Modesto. **As Revoluções Burguesas.** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos.** São Paulo/Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GUIMARAES, Juarez. **Democracia e Marxismo: crítica à razão liberal.** São Paulo: Xamã, 1998.
- HAMILTON, A., MADISON, J. & JAY, J. **O Federalista.** Os Pensadores, v. XXIX. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1979-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital: 1848-1875.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 27-38, 2005.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo.** Os Pensadores, v. 9. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- MARX, Karl. **O 18 brumário e Cartas a Kugelmann.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. **Crítica Marxista**, n. 12, p.09-40, 2001.
- PAINE, Thomas. **Senso Comum.** Os Pensadores, vol. XXIX. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- RIBEIRO, Renato J. **A República.** São Paulo: Publifolha, 2008.
- ROSENBERG, Arthur. **Democracia e Socialismo.** São Paulo: Global, 1986.
- SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada. 1- O debate contemporâneo.** São Paulo: Ática, 1994a.
- SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada. 2 – Questões Clássicas.** São Paulo: Ática, 1994b.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. **History and Theory**, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

TULLY, J. (Ed.). **Meaning and contexto**: Quentin Skinner and his critics. Princeton: Princeton University Press, 1988.

WOOD, Ellen Meiksins. **Citizens to lords – A social history of Western Political Thought from Antiquity to the Middle Ages**. London: Verso, 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo: 2003.

WOOD, Ellen Meiksins. **Liberty and Property**: a Social History of Western Political Thought from Renaissance to Enlightenment. London: Verso, 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. The social history of political theory. In_: **Citizens to Lords**: a social history of western political thought from Antiquity to the late Middle Ages. London: Verso, 2011.

WOOD, Neal. The social history of political theory. **Political Theory**, v. 6, n. 3, p. 345-67, 1978.